



## Crianças e adolescentes em conexão com a rua

### Pesquisas e políticas públicas

**Irene Rizzini**

#### Sumário

<b>Prefácio – Por Miriam Krenzinger.....</b>	<b>9</b>
<b>Introdução – Reminiscências.....</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo 1 – A ‘questão da rua’ em três décadas (1980-2010) .....</b>	<b>17</b>
A geração da rua (1980-1990) .....	21
Crianças e adolescentes nas ruas: sujeitos de direitos? (1990-2000) .....	26
Crianças e adolescentes com direitos violados (2000-2010) .....	36
<b>Capítulo 2 –Pesquisas e políticas públicas: tendências recentes (2000-2018) .....</b>	<b>47</b>
Pesquisas no Brasil: dimensionamento, conceituação e temas .....	48
Temas e tendências: o que apontam as pesquisas .....	56
<b>Capítulo 3 – Foco sobre políticas públicas .....</b>	<b>93</b>
<b>Capítulo 4 – Desafios, recomendações e reflexões.....</b>	<b>105</b>
<b>Conclusão – O que os olhos não veem.....</b>	<b>117</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>119</b>

## INTRODUÇÃO

### Reminiscências

Ao iniciar as primeiras linhas deste livro, algumas reminiscências me vêm à mente. Volto no tempo; mais precisamente ao final dos anos 1970. Vejo-me como a jovem professora universitária que era, lecionando psicologia, já bastante engajada e atuante junto a crianças e adolescentes em diversos contextos. Estagiei e atuei como voluntária em escolas e hospitais, mas queria trabalhar com os grupos mais marginalizados social e economicamente. De acordo com a terminologia da época, as crianças em situação de abandono e pobreza eram denominadas de ‘menores carentes’. Por uma escolha pessoal, passei vários anos envolvida com ‘menores institucionalizados’ em estabelecimentos ainda conhecidos como ‘orfanatos’.

Foram anos de dedicação neste tipo de instituição, permeados por algumas surpresas e incrível aprendizado. A primeira revelação que talvez tenha sido um dos principais fatores que me levaram a continuar profissional e humanamente engajada até os dias de hoje foi a de que as crianças nos tais orfanatos não eram de fato órfãs. No entanto, viviam com o fantasma e a identidade da orfandade - sem contato e, muitas vezes, sem notícias de seus pais e familiares.

Vivíamos duros tempos de ditadura. O silêncio e o medo faziam-se tão presentes que questionar qualquer coisa era uma temeridade. Como expressar a indignação que eu sentia ao observar as condições de vida das crianças com que interagia? Um cotidiano de reclusão – muitas das instituições sequer permitiam que as crianças fossem à escola fora de seus estabelecimentos. Predominavam sentimentos de profundo abandono, o que na época se generalizava como carência afetiva e privação materna<sup>1</sup>.

Desde os primeiros dias de minha experiência acadêmica, surpreendia-me o fato de utilizarmos essencialmente autores estrangeiros como referência para tratarmos das crianças brasileiras. Assim era; não se questionava. Eu me sentia isolada na minha busca intelectual e afetiva para compreender o que se passava com as crianças; com os

espaços muitas vezes nada acolhedores que as abrigavam e me perguntava qual deveria ser meu papel nessa história. Bem, é uma história longa, com muitos desdobramentos no transcorrer de todos esses anos. O que me interessa aqui agora é focar na parte que está conectada a crianças e adolescentes que passam pela experiência de vida nas ruas.

Aconteceu no início de 1980. Ao retornar de um mestrado na Universidade de Chicago, onde tive a oportunidade de pesquisar a fundo o tema da institucionalização de crianças em âmbito internacional, senti que chegava o momento de transformar meus estranhamentos e inquietações em ação. Tendo focado meus estudos em pesquisa e políticas públicas, sabia que era na universidade que daria continuidade ao meu fazer no mundo. Em 1984, com o apoio de estudantes de graduação, demos os primeiros passos, fundando o que é hoje o CIESPI - Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, na PUC-Rio<sup>ii</sup>. Em um pequeníssimo espaço, no qual mal cabiam 6 pessoas, nasceram as primeiras ideias para pensar, produzir e divulgar conhecimento sobre crianças, adolescentes e jovens do nosso país.

Foi ali que surgiu a proposta de olhar bem de perto uma questão que começava a emergir como um problema social, portanto ainda praticamente desconhecida: a presença de grupos de meninos e meninas pelas ruas, envolvidos em várias atividades que lhes rendessem algum dinheiro. Esse foi o foco de uma de nossas primeiras pesquisas, cuja publicação intitulamos “A geração da rua. Um estudo sobre as crianças marginalizadas no Rio de Janeiro”<sup>iii</sup>.

A meninada nas ruas vendia balas nos sinais, ‘guardava’ carro, esmolava, roubava. Vagar e se divertir pelas ruas, pedir dinheiro e comida, cheirar cola e “puxar cordão”<sup>iv</sup> eram frequentes, provocando reações hostis. Eles começavam a incomodar, a se tornar visíveis, um estorvo. A polícia os recolhia e a população pressionava: ‘não são crianças’; *são pivetes, trombadinhas, delinquentes*. Parecia não haver dúvidas. O veredito estava dado. Sabíamos que isso era apenas o visível, o que se enxergava, mas pressentíamos o que viria a ocorrer. Seriam criminalizados, punidos, possivelmente institucionalizados por tempo indeterminado, desaparecidos e/ou mortos.

O que faziam esses meninos nas ruas? Por que não estavam em casa, na escola? O que os levou para as ruas? O que significava a rua para eles? Não tínhamos respostas.

O fato é que pouco se sabia. À época não conseguimos localizar pesquisas com que pudéssemos de fato dialogar.

Assim começou minha própria trajetória de pesquisa e ação junto a esse grupo, nacional e internacionalmente. Ao longo dos anos, como testemunha e participante ativa dessa história, tenho muito a contar. Reminiscências à parte, passo a partilhar com meus leitores o que aprendi nesses anos.

Desde o início, me pus a ouvir a menina e suas muitas histórias. Por mais irreal, inocente mesmo, que seja o sonho (delírio?) do menino, solto por aí, em acreditar que bastaria eu transmitir ao governo tudo que me dizia - *“Tia...se você escrever tudo o que eu tô falando e depois mostrar pro Governo, ele dá um jeito na situação da gente”* -, ele expressa uma esperança de ainda, de alguma forma, ser ouvido...

Talvez esteja certo o poeta Manoel de Barros (2015, p. 83), quando afirma que “o verbo tem que pegar delírio”. Como ele diz:

No descomeço era o verbo.

Só depois é que veio o delírio do verbo

O delírio do verbo estava no começo, lá onde a  
criança diz: *Eu escuto a cor dos passarinhos.*

A criança não sabe que o verbo escutar não funciona  
para cor, mas para som.

Então se a criança muda a função  
de um verbo, ele delira.

E pois.

Em poesia que é voz de poeta, que é a voz  
de fazer nascimentos –

O verbo tem que pegar delírio.

---

<sup>i</sup> A bibliografia que nos servia de base na época era de cunho psicanalítico, calcada nas experiências sobretudo europeia de abandono e privação ocasionadas pela guerra. Entre os autores de nosso acesso estavam Rene Spitz, Anna Freud, Donald Winnicott, James Robertson e Joan Robertson.

<sup>ii</sup> O centro criado em 1984 na Universidade Santa Úrsula chamava-se CESME (Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre o Menor) – época que antecede ao nosso posicionamento crítico quanto ao uso do termo ‘menor’ para se referir à população infantil e juvenil em condição de pobreza. Em 2002, passamos a atuar na PUC-Rio, com a designação de Centro de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio).

<sup>iii</sup> O livro foi publicado em 1986 pela Editora da Universidade Santa Úrsula. A pesquisa, que deu origem ao livro, foi coordenada por mim. Dela participaram 3 bolsistas de Iniciação Científica (CNPq), cuja participação nesse estudo foi muito importante: Adriane Medina Celli, Cláudia Regina de Moura Duarte e Maria Helena Rodrigues Antônio.

<sup>iv</sup> “Eu sou da geração do puxa cordão”, depoimento de Moska, no filme *Quando a casa é a rua*. Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio; Guadalajara: CODENI, 2012.

<sup>v</sup> Palavras de um menino entrevistado nas ruas do Rio de Janeiro em 1985 (RIZZINI, 1986).

Esse livro é um dos produtos do Projeto *Políticas Públicas e os Desafios da Implementação: Análise do Caso da Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Rio de Janeiro*, coordenado pela professora Irene Rizzini, com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ/CNE, Cientista do Nosso Estado, 2014-2017; FAPERJ Ref. N° E-26/201.274/2014).

**Editora PUC-Rio - 2019**